



103 SINDIMETAL-RIO ANOS

GESTÃO 2019-2023

META

SINDICATO PARTICIPATIVO E DE LUTA



ANO 103 - EDIÇÃO 194 - DEZEMBRO DE 2020

12º 4 E 5 DE DEZEMBRO DE 2020 CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO

JORGE GONÇALVES (JORGINHO)

**DEFESA DA VIDA E PRESERVAÇÃO
DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

INTERNACIONAL

A pandemia provocou o maior acontecimento político e econômico desde a segunda guerra mundial. A atual situação internacional é caracterizada por crises múltiplas, instabilidade, imprevisibilidade, graves tensões e ameaças à paz. A irresponsabilidade de alguns chefes de governo, particularmente os dos EUA, Inglaterra e Brasil, ao sabotarem, na prática, as medidas sanitárias, terminou provocando mais mortes e mais sofrimento para a população. Os países que adotaram as medidas sanitárias adequadas, com efetivo isolamento social e a busca ativa com rastreamento das pessoas contaminadas têm tido maior sucesso em enfrentar a pandemia.

Mais de 50 milhões de pessoas em todo o mundo já foram ou estão infectadas pelo novo coronavírus desde o primeiro surto foi descoberto em dezembro de 2019. Os dados são da Johns Hopkins University dos EUA. Só no país norte-americano o número de infectados já passou dos 10 milhões.

A pandemia da covid-19, ao se generalizar mundo afora, fez desabar uma economia que não havia conseguido se levantar da crise deflagrada em 2007-09, a qual, por sua vez, era o desdobramento de uma crise mais geral, de longa duração, de natureza estrutural do capitalismo. A economia dos EUA tem crescido de 2010 para cá à razão de 2% ao ano, a do Japão a 1,5% e a da Europa a 1%. Na verdade, não se trata de crescimento, mas de estagnação da economia.

Em 2019 já havia fortes indícios de que em 2020 tenderia a ocorrer uma nova recessão mundial. Organismos como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e a OCDE, já previam uma forte desaceleração. Além disso, as economias dos principais

países da Europa (Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Espanha) já haviam começado a estagnar ou declinar no final de 2019 e entrado em recessão no início de 2020.

Diante desse quadro, a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, apresentou a estimativa de que até 100 milhões de pessoas tendem a mergulhar na extrema pobreza como consequência da crise. Também o Banco Mundial e a OCDE projetaram uma forte retração do PIB mundial neste ano; para América Latina e Caribe apontam para “uma recessão muito mais profunda do que as que aconteceram durante a crise financeira global de 2008-2009 e na crise da dívida da década de 1980”.

ELEIÇÕES DOS EUA

O resultado final das eleições nos EUA, já proclamado, não deve perder de vista que o país segue polarizado. A derrota de Trump foi fato marcante em todo o mundo. Haverá impactos quanto ao papel dos EUA na agenda política, cultural e geopolítica, também comercial e diplomática. Serão repostos na agenda a luta contra o aquecimento global com o Acordo de Paris, um binômio de competição-cooperação, a rejeição à guerra cultural e “manejar” com direitos humanos, racismo e homofobia.

Biden já declarou que a OTAN é a aliança militar mais importante da história, e que a fortalecerá. Também prometeu que vai reconstruir o Departamento de Estado e devolver à diplomacia o papel de principal instrumento da ação externa.

Quanto ao Brasil, de saída cairão as relações tão próximas de Bolsonaro, não com os EUA, mas com Trump. Bolsonaro negará toda a sua agenda no plano internacional? Parece mais plausível que o completo isolamento internacional do país, de todo inédito, se aprofunde, escanteando ainda mais Bolsonaro, sem apoio nas relações bilaterais com os EUA nessas matérias.

AMÉRICA LATINA

A pandemia chegou em um momento de alta tensão política na América Latina. Desde 2019, o continente vem passando por diversas mudanças. Tivemos a revolta indígena e popular no Equador. No Chile, após a rebelião popular uma nova Constituição foi aprovada. Na Bolívia, após um brutal golpe contra o governo de Evo Morales, o MAS retomou a

presidência com uma grande vitória no primeiro turno. Na Argentina, tomou posse no final de 2019 o governo de Alberto Fernández, com viés mais a esquerda. Nicarágua, Venezuela e Cuba seguem como referências de resistência contra o neoliberalismo e desafiando o império norte-americano.

BRASIL

No Brasil, desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o país vem sofrendo duros ataques à democracia e aos direitos dos trabalhadores. O sucessor de Dilma, Michel Temer, atendendo aos desejos dos patrões, aprovou a Reforma Trabalhista, que representou ataque frontal contra os trabalhadores e as organizações sindicais. Na continuidade desta luta contra a esquerda e as forças progressistas, a aliança empresarial, da grande mídia e do judiciário levou a eleição de 2018 com a eleição de Bolsonaro.

No governo, Bolsonaro aprofundou ainda mais a desigualdade, o desemprego e o ataque aos direitos dos trabalhadores. A Reforma da Previdência também mexeu drasticamente com direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, dificultando ainda mais a aposentadoria. Fora isso, o governo tem apresentado sucessivas medidas provisórias que suprimem direitos.

Enquanto isso, dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego chegou a 14,4% no trimestre terminado em agosto, aumento de 1,6 ponto percentual frente ao trimestre encerrado em maio (12,9%). É a maior taxa registrada na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), iniciada em 2012. O número de desempregados atingiu 13,8 milhões, aumento de 8,5% frente ao trimestre anterior. São cerca de 1,1 milhão de pessoas a mais à procura de emprego frente ao trimestre encerrado em maio.

Já o número de pessoas ocupadas no país caiu 5% na comparação com o trimestre encerrado em maio, totalizando 81,7 milhões. Com essa retração de 4,3 milhões de pessoas, esse é o menor contingente já registrado na série da pesquisa.

Com isso, o nível de ocupação foi de 46,8%, também o mais baixo da série histórica, com queda de 2,7 pontos percentuais ante o trimestre anterior (49,5%), quando, pela primeira vez na história da pesquisa, o índice ficou abaixo de 50%. No mesmo período, o número de empregados com carteira assinada caiu 6,5%, chegando a 29,1 milhões de pessoas, o menor contingente da série. É uma retração de dois milhões de pessoas com trabalhos formais.

A Reforma Trabalhista completou três anos em novembro. Os patrões e a mídia patronal comemoram a pesquisa divulgada pelo IBGE. Após o golpe de 2016, o então presidente Michel Temer prometia a criação de empregos e revitalizar a economia em crise. Tudo piorou desde então. Três anos depois, o desemprego cresceu e o número de pessoas em situação de trabalho precário aumentou.

O Ministério da Economia, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), aponta para um crescimento de 117,5% dos contratos intermitentes, em 2019 sobre 2018. Contrato intermitente é aquele no qual as trabalhadoras e trabalhadores ganham somente pelas horas trabalhadas. Já o IBGE mostra que de novembro de 2017 a setembro deste ano, foram gerados 286,5 mil postos de trabalho, mas a expectativa era de criar 6 milhões de novos empregos nesse período.

Quatro em cada dez trabalhadores ocupados estavam

na informalidade em 2019. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro, de caráter estrutural, atingia 41,6% dos trabalhadores do país em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas. Este indicador se manteve estável em relação a 2018. A proporção era maior na região Norte (61,6%) e menor na Sul (29,1%).

Entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4%, mas de apenas 21,9% entre aquelas com ensino superior completo.

DESIGUALDADE

Em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava 69,3% mais do que a preta ou parda, e os homens 12,7% mais que as mulheres, considerando-se o mesmo número de horas trabalhadas. A população ocupada branca recebia rendimento-hora superior à população preta ou parda para qualquer nível de instrução, sendo a diferença maior (44,6%) no nível Superior completo, R\$ 33,90 contra R\$ 23,50.

As mulheres pretas ou pardas se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos concentrou a maior incidência de pobreza: 24% dos moradores desses arranjos tinham rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 e 62,4% inferior a US\$ 5,50. Já entre as crianças com até 14 anos de idade, 11,3% eram extremamente pobres e 41,7% pobres.

O recente caso de racismo, na véspera do Dia da Consciência Negra, onde João Alberto foi morto por seguranças do supermercado Carrefour, gerou grande revolta na população. Movimentos sociais imediatamente responderam com manifestações diversas na porta da empresa. Mais uma vez ficou claro o racismo estrutural existente no Brasil e a necessidade de combatê-lo.

Os trabalhadores familiares auxiliares eram a posição na ocupação com maior incidência de extrema pobreza (12,2%) e de pobreza (39,5%). Chama também atenção o fato de 25,6% dos trabalhadores domésticos, 23,3% dos empregados sem carteira e 19,3% dos trabalhadores por conta-própria estarem entre aqueles considerados pobres pela linha de US\$ 5,50 PPC.

RESISTÊNCIA E LUTA

A ideologia do Estado mínimo parece estar naufragando, principalmente a partir da pandemia, que mostrou a importância da manutenção de um sistema público de saúde, o SUS, para atender a população. A necessidade de forte intervenção do Estado na economia tem caráter objetivo e as políticas econômicas de muitos governos vai na contramão do modelo neoliberal. Isto não deixa de ser um fato positivo, embora seja precipitado interpretá-lo como o fim do neoliberalismo.

Enquanto isso, o governo federal segue com sua sanha em atacar a ordem social, destruir os direitos alcançados pela Constituição Federal e também acabar com os sindicatos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, segue obcecado em acabar com os sindicatos que, mesmo em um ambiente de crise, ainda é uma fonte importante de resistência. Neste momento precisamos ter consciência do quanto é primordial e fundamental a manutenção da unidade da

classe trabalhadora. Ter sensibilidade de que a crise gera oportunidades e acumular forças políticas e virar o jogo para criar caminhos para um Brasil próspero e soberano.

RIO DE JANEIRO

Do ponto de vista do emprego formal, entre 1985 e 2018 o crescimento no Estado do Rio de Janeiro foi de 50,3%, contra 127,6% no total do Brasil, o menor crescimento entre todas as unidades federativas (dados da série mais longa da Rais/Ministério da Economia). Ou seja, o RJ virou o “lanterna” do Brasil em termos de dinamismo econômico. No que diz respeito ao número de empregos com carteira assinada na indústria de transformação, entre 1985 e 2018 o ERJ passou da 2ª para a 6ª posição entre as unidades federativas, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A partir da crise política e econômica brasileira de 2015, a situação no ERJ se agrava particularmente. Entre dezembro de 2014 e abril de 2020, enquanto no Brasil foram perdidos 7,6% do total de empregos com carteira assinada, no ERJ essa perda foi de 18,9%. No Brasil e nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro foram perdidos, nesse período, respectivamente, 2.993.012; 880.242; e 713.265 empregos com carteira assinada (dados da Rais/Caged).

A crise sanitária se abateu sobre uma economia fluminense em uma leve trajetória de crescimento. Após três anos seguidos de recessão (2015-2017) houve uma breve recuperação em 2018 e 2019, com crescimento de 1,2% e 1,5% respectivamente (Firjan). Segundo estudo realizado pelo Programa de Pós-graduação em Economia Regional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o PIB fluminense deverá retroceder em até 5,02%. Um dos setores mais atingidos será a indústria. Embora tenha apresentado um crescimento elevado de 9,8% no primeiro trimestre de 2020 (IBGE), o setor como um todo deverá apresentar uma queda entre 8,71% e 11.50% em 2020.

No primeiro trimestre de 2020, a indústria fluminense apresentou um crescimento de 9,8% frente a uma retração de 1,37% no Brasil, segundo o IBGE. De acordo com os cenários apresentados no nosso estudo, a indústria fluminense encerrará o ano de 2020 com queda entre 8,71% e 11.50%. No que diz respeito especificamente à indústria de transformação, ainda que tenha apresentado crescimento de 1,8% no primeiro trimestre, prevemos um encolhimento de 3,5% a 4,4% deste setor no ano de 2020.

A cidade do Rio de Janeiro continua sofrendo com um esvaziamento das empresas ligadas ao setor metalúrgico. Na última década dezenas foram fechadas ou migraram para outros municípios ou até outro Estado. No local dessas indústrias surgiram condomínios populares, supermercados ou simplesmente um local abandonado. Isso se junta ainda ao fechamento dos estaleiros, como o Eisa, Rio Nave e outros. A falta de uma política de industrialização acentua ainda mais a falta de emprego na categoria.

A CATEGORIA METALÚRGICA

A crise econômica mundial e nacional atingiu diretamente os metalúrgicos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde é forte a presença da indústria naval. Desde o ano de 2015, muitas empresas demitiram trabalhadores e outras, inclusive, fecharam as portas, como o caso do Eisa e outros.

Isso tem gerado forte impacto no desemprego dos trabalhadores. Deve ser prioridade dos metalúrgicos a luta

pela retomada imediata do desenvolvimento, com a volta dos investimentos, a retomada das obras e a ampliação das encomendas. Para isso, é preciso que a principal estatal do país, a Petrobrás, volte a investir na indústria nacional, o que gera emprego em diversos setores produtivos.

O Rio de Janeiro no momento encontra-se falido, tendo o vice-governador à frente das decisões. O estado não tem jogado nenhum papel na sustentação da nossa indústria, principalmente a do setor naval.

No Rio de Janeiro, a papel da indústria de Petróleo e Gás tem um papel de destaque, que contribui diretamente com o setor metalúrgico. Nesse sentido, faz-se necessário um olhar especial para os contratos da Petrobrás com fornecedores do exterior, com quem está concentrado o maior volume de contratações, em especial na construção naval e offshore. De acordo com os dados do portal de transparência da estatal, cerca de 72,3% das contratações externas possuem o modelo de afretamento ou aluguel, seja de plataformas, sondas, embarcações, unidades de produção e processamento ou até mesmo de serviços complexos, entre outros. Ou seja, parte expressiva do encadeamento produtivo do setor de P&G ultrapassa as fronteiras brasileiras no caráter de importação de bens, equipamentos e serviços alugados ou adquiridos em regime de afretamento, em detrimento de possíveis aquisições de fornecimentos locais. Apenas 19% desses fornecedores e prestadores de serviços estão no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que 70% estão no exterior, ou seja, existe um concreto desafio de ampliar os encadeamentos para trás na economia fluminense no sentido de se internalizar essa riqueza que vaza para fora do estado.

A falta de uma política sobre o conteúdo nacional, como em anos anteriores, afeta diretamente ao Rio de Janeiro. Criar um novo modelo de compras e encomendas, contribuiriam enormemente para soerguer o setor naval.

Os trabalhadores metalúrgicos também defender o aprofundamento da integração entre os diversos setores da sociedade, a fim de questionar e defender mudanças do atual modelo de desenvolvimento capitalista, que exacerba condições de desigualdade e da pobreza e que ao mesmo tempo promove a degradação sistemática dos recursos naturais com profundas transformações sociais.

Defendemos a soberania da nação, que trate também do seu povo e da preservação das nossas riquezas e construção de seu futuro. Somos contra as reformas do trabalho e a reforma da previdência que já vem piorando as condições de vida de homens e mulheres que constituem e constroem o país. O número de desempregados aumenta assustadoramente com a instabilidade econômica e a fome volta a atormentar parte considerável da população.

PLANO DE LUTAS

INTERNACIONAL

- Contra o imperialismo e em defesa da paz mundial.
- Solidariedade com os povos vítimas da opressão imperialista.
- Apoio aos governos progressistas da América Latina.
- Pelo fim do embargo a Cuba.

NACIONAL

- Avançar no projeto nacional de desenvolvimento nacional, com soberania e valorização do trabalho.
- Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

- Universalização das políticas públicas de saúde e fortalecimento do SUS. Valorizar a saúde do trabalhador no local de trabalho.
- Mudanças na política macroeconômica.
- Contra a criminalização dos movimentos sociais.
- Crescimento com Distribuição de Renda e Fortalecimento do Mercado Interno.
- Valorização do Trabalho Decente com Igualdade e Inclusão Social.
- Estado como Promotor do Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental.
- Se incorporar à luta nacional contra a Alta Programada.
- Buscar junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia as condições de qualificação e programa de pesquisa e desenvolvimento que tenham ligação com os setores da categoria.
- Garantir que a riqueza do Pré-sal fique com os brasileiros. Em defesa da constituição do Fundo Social do Pré-sal.
- A luta pela valorização do salário, dos trabalhadores Metalúrgico do Rio, bem como da valorização e luta pelo aumento do salário mínimo.
- Fortalecer o direito do trabalhador que por motivo de doença ocupacional seja obrigado a entrar no CRP, tendo que abandonar assim a área industrial, ficando no administrativo.
- Lutar pelo fim do Assédio Moral.
- Pela inclusão da qualificação profissional nas pautas da entidade.
- Criar um mecanismo de controle das empresas que não cumprem o acordo coletivo.
- Igualdade salarial para ambos os sexos.
- Traçar condições objetivas pela representação de comissões de fábricas com estabilidade.
- Combater toda forma e prática de terceirização e flexibilização ou precarização das relações entre capital e trabalho.
- Fim do interdito proibitório.
- Buscar junto aos governos federais, estaduais e municipais as ampliações das escolas técnicas e cursos profissionalizantes gratuitos para os jovens e qualificações para os atuais trabalhadores e cursos de idiomas.
- Buscar junto aos nossos parlamentares, em nível federal, a legalização na Constituição a questão dos delegados sindicais.
- Lutar contra a reforma da previdência, a reforma trabalhista, que retira direitos da CLT e apoiar a criação da frente parlamentar em defesa dos trabalhadores.

SINDICAL

- Lutar pela unicidade sindical. Pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores por local de trabalho, contra a pulverização dos sindicatos.
- Fortalecer o setor naval.
- Defesa da Nuclep pública.
- Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário.
- Pela regulamentação do mercado de trabalho, denunciando práticas de terceirização e todas as formas de flexibilização ou precarização das relações entre capital e trabalho.
- Luta dos aposentados por melhoria salarial.
- Garantia do acesso à creche, como direito das crianças de até seis anos.

- Garantia do direito irrestrito às greves. Coibir as práticas antissindicais.
- Valorização da luta em defesa da saúde do trabalhador.
- Desenvolver junto à categoria uma campanha de valorização do direito coletivo, reforçando o papel do sindicato, na luta do capital e o trabalho.
- O sindicato deve buscar junto à categoria, a valorização da entidade, resgatando suas conquistas e lutas nos últimos períodos, em vista da busca pela credibilidade e fortalecimento no chão de fábrica.
- O sindicato deve buscar junto aos trabalhadores, maior relação, aproximação individual, valorizando as questões específicas, ouvindo seus trabalhadores.
- Fim dos descontos dos vales-transportes sobre os salários dos trabalhadores.
- Buscar a isenção do Imposto de Renda nas PLRs e nos salários.
- Campanha de valorização dos salários dos metalúrgicos do Rio de Janeiro.
- Em defesa da manutenção do Imposto Sindical como fonte de sustentação da luta dos trabalhadores.
- Lutar pela ampliação das CIPAs nas empresas e pela proteção do meio ambiente como importante ação dentro do equilíbrio sócio econômico.
- Realizar encontros, com busca nos movimentos sociais, de Mulheres Trabalhadoras, da Igualdade Racial, da Juventude e de Cipeiros.
- A Comissão do Setor Naval do Sindimetal deve analisar e fazer um seminário de acompanhamento para identificar os problemas e apresentar sugestões que visem solucionar a crise do setor, buscando entidades que estudam esse segmento para junto com elas criar um diagnóstico real da situação.
- Criar um fórum de trabalho para debater a saída das indústrias da cidade do Rio.
- O Sindicato deve integrar junto com a CTB uma comissão de trabalho para debater a economia do Estado e apresentar alternativas para o desenvolvimento da economia do estado e dos municípios.

ORGANIZAÇÃO

- Fortalecer a organização sindical. Pela realização permanente da campanha de sindicalização.
- Fortalecer a atuação da diretoria na sua estrutura interna e externa.
- Ampliar a organização do Centro de Memória Metalúrgica, transformando-o em um local de pesquisa para trabalhadores, estudantes e demais interessados.
- Lutar para que as comissões de Fábrica e de PLR tenham estabilidade.
- Introduzir o regimento interno e implantar as comissões de fábrica.

DADOS DE REFERÊNCIA

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Conselho Regional de Economia (Corecon-Jornal dos Economistas).
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese).
- Governo Federal.
- Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).